

Automedicação Durante a Pandemia de COVID-19 e Fatores Associados

Self-Medication During the COVID-19 Pandemic and Associated Factors

Automedicación Durante la Pandemia de COVID-19 y Factores Asociados

Recebido: 04/01/2022 | Revisado: 19/01/2023 | Aceitado: 20/01/2023 | Publicado: 23/01/2023

Letícia Lima Branco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7240-4985>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: letilimabr@hotmail.com

Micaella Yanne Fender Lobato

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9707-6535>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: micaellafender@gmail.com

José Felipe Teixeira Borges

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9030-6657>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: josefelipe146@gmail.com

Rita de Cássia Silva de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3835-1183>
Universidade do Estado do Pará, Brasil
E-mail: rcso1974@gmail.com

Resumo

Durante a pandemia da COVID-19, a automedicação se intensificou devido a diversos fatores, como a facilidade de obtenção de medicamentos sem receita médica, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a ampla divulgação midiática de fármacos de venda livre para a população. Diante disso, o presente estudo objetivou avaliar a prevalência e fatores associados à automedicação na pandemia de COVID-19. A obtenção de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário sobre a prática de automedicação durante a pandemia por COVID-19. O questionário online foi enviado para indivíduos com 18 anos ou mais, residentes da região metropolitana de Belém. Dessa forma, obteve-se uma totalidade de 273 respostas válidas. A partir da avaliação dos dados, notou-se prevalência da prática no sexo feminino, em adultos jovens e indivíduos sem o ensino superior. Ademais, entre os medicamentos utilizados, destacam-se os analgésicos não opioides e Anti-inflamatórios Não Esteroidais (AINEs). De posse desses e de outros dados, políticas públicas podem ser pensadas para minimizar a prática da automedicação descontrolada, evitando o surgimento de efeitos adversos pelo uso irracional de fármacos, principalmente durante situações de grande risco a saúde pública.

Palavras-chave: Automedicação; Coronavírus; Pandemias.

Abstract

During the COVID-19 pandemic, self-medication intensified due to several factors, such as the ease of obtaining medicines without a prescription, difficulty in accessing health services and the wide media dissemination of over-the-counter drugs for the population. In view of this, the present study aimed to evaluate the prevalence and factors associated with self-medication in the COVID-19 pandemic. Data collection occurred through the application of a questionnaire on the practice of self-medication during the COVID-19 pandemic. The online questionnaire was sent to individuals aged 18 years or older, residents of the metropolitan region of Belém. Thus, a total of 273 valid responses were obtained. From the evaluation of the data, it was noted the prevalence of the practice in females, in young adults and individuals without higher education. In addition, among the drugs used, non-opioid analgesics and Non-Steroidal Anti-Inflammatory Drugs (NSAIDs) stand out. With these and other data in hand, public policies can be devised to minimize the practice of uncontrolled self-medication, avoiding the appearance of adverse effects due to the irrational use of drugs, especially during situations of great risk to public health.

Keywords: Self medication; Coronavirus; Pandemics.

Resumen

Durante la pandemia de COVID-19, la automedicación se intensificó debido a varios factores, como la facilidad para obtener medicamentos sin receta, la dificultad para acceder a los servicios de salud y la amplia difusión mediática de medicamentos de venta libre a la población. Ante ello, el presente estudio tuvo como objetivo evaluar la prevalencia y los factores asociados a la automedicación en la pandemia de COVID-19. La recolección de datos ocurrió a través de la aplicación de un cuestionario sobre la práctica de la automedicación durante la pandemia de COVID-19. El

questionário em linha foi enviado a pessoas maiores de 18 anos, residentes na região metropolitana de Belém. Assim, se obtiveram um total de 273 respostas válidas. A partir da avaliação dos dados, constatou-se a prevalência da prática em sexo feminino, em adultos jovens e em indivíduos sem estudos superiores. Além disso, entre os fármacos utilizados destacam-se os analgésicos não opioides e os Anti-inflamatórios Não Esteróides (AINEs). Em posse desses e outros dados, podem-se desenhar políticas públicas para minimizar a prática da automedicação descontrolada, evitando a aparição de efeitos adversos por uso irracional de medicamentos, especialmente durante situações de grande risco para a saúde pública.

Palavras chave: Automedicação; Coronavírus; Pandemias.

1. Introdução

A automedicação é uma prática comum em todo o mundo, sendo definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a utilização de medicamentos sem a prescrição e a supervisão de um médico, dentista ou farmacêutico. Atualmente, o hábito de se automedicar tem se intensificado devido a diversos fatores, como a facilidade de obtenção de medicamentos sem a necessidade de receita médica, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a ampla divulgação midiática de fármacos de venda livre (Arrais et al., 2016). Além disso, entre as demais causas que estimulam essa conduta, destacam-se: a indisponibilidade de tempo para procurar atendimento médico especializado; o intuito de evitar visitas aos Centros de Saúde, considerados locais de alto risco para contaminação; a renda insuficiente para arcar com os gastos de saúde, uma experiência anterior com os sintomas e o acesso fácil e prático da via de administração oral de fármacos, o que proporciona ao indivíduo uma falsa ideia de conhecimento no que concerne à enfermidade e seu tratamento (Gama & Secoli, 2017).

Alguns dos benefícios da automedicação se for executada de forma adequada, estão relacionados à diminuição de faltas no trabalho causadas por sintomas de menor gravidade, dos gastos necessários ao tratamento pela não necessidade de profissional para administração de fármacos de uso oral. Contudo, o uso inadequado de medicamentos pode gerar efeitos adversos graves à saúde do usuário, além de possibilitar a resistência de microrganismos e de inúmeras interações medicamentosas nocivas, principalmente em pacientes idosos que utilizam múltiplos fármacos simultaneamente pela via oral (Domingues et al., 2017).

No início do ano de 2020, o aumento exponencial de casos de COVID-19 levou a OMS a declarar um estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Posteriormente, devido à rápida disseminação por diversos países, a doença foi caracterizada como uma pandemia (Caetano et al., 2020). No Brasil, em decorrência do elevado número de óbitos e da sobrecarga do sistema de saúde ocasionados pela pandemia, medidas de distanciamento social foram preconizadas pelos representantes políticos, havendo a proibição de aglomerações e da abertura de estabelecimentos (Garcia, 2020). Diante disso, a automedicação se mostrou relevante para evitar aglomerações em ambientes hospitalares, os quais ofereciam, na situação pandêmica, risco de infecção pelo SARS-CoV-2, bem como para redução da sobrecarga do sistema de saúde com internações potencialmente evitáveis (Onchonga, 2020).

Em virtude da necessidade de isolamento social, a população em geral obteve informações sobre o avanço das pesquisas acerca da cura da COVID-19 pelas mídias sociais e/ou pela rede de comunicação, rádio e televisão. Por meio dessas vias de comunicação, diversas classes medicamentosas foram divulgadas como possíveis tratamentos para a doença, incluindo Hidroxicloroquina e Cloroquina, apesar dos resultados dos estudos se referirem a investigações *in vitro* e de não haver evidências relevantes de sua eficácia em seres humanos (Do Bú et al., 2020). Diante deste cenário, ocorreu um aumento significativo da utilização de tais medicamentos sem indicação médica, atitude que provocou efeitos adversos e complicações clínicas em inúmeros indivíduos em algumas regiões do país (Lima et al., 2020).

Além disso, de acordo com Alieid (2021), na primeira metade do ano de 2021 ocorreu um aumento significativo no número de pesquisas sobre automedicação e assuntos relacionados a esse tema na ferramenta de pesquisa do Google. Portanto, nota-se também uma tendência maior de autodiagnóstico pela população em geral, levando em consideração os dados obtidos

por meio da pesquisa dos sintomas apresentados. Um dos fatores que influenciaram tal prática foi o pânico presente no período da pandemia em todo o mundo (Jairoun et al., 2021).

Diante das informações supracitadas, observa-se que o conhecimento acerca das características dos indivíduos que praticaram a automedicação, principalmente no que tange à COVID-19, é de extrema relevância, devido ao risco inerente à saúde do usuário e à possível elevação de gastos nos serviços hospitalares. Ademais, a literatura disponível sobre a automedicação na COVID-19 ainda é escassa. Portanto, o presente estudo objetivou analisar a prevalência e os fatores associados à automedicação durante a pandemia da COVID-19 em indivíduos que residem na região metropolitana de Belém.

2. Metodologia

Trata-se de um estudo epidemiológico, retrospectivo, transversal, descritivo e quantitativo. A obtenção de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário composto por perguntas relacionadas à COVID-19 e à prática de automedicação, além de dados sociodemográficos. A coleta de dados teve início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará (UEPA) (Parecer:5.060.350, de 25 de outubro de 2021), e ocorreu entre novembro de 2021 e setembro de 2022. Portanto, houve a confecção de um questionário por meio da plataforma online do Google Forms, após isso foi gerado um link de encaminhamento para a plataforma, o qual foi enviado aos indivíduos maiores de 18 anos de idade que residem na região metropolitana de Belém via Whatsapp e e-mail, considerando a rede de contatos dos pesquisadores. Assim, após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário foi disponibilizado para o preenchimento individual. Foram excluídos os participantes que preencheram de forma incompleta ou incorreta o questionário.

Os gráficos e as tabelas referentes aos dados coletados foram confeccionados através dos softwares Microsoft Office Excel 2016 e Word 2016. A avaliação quantitativa foi realizada por meio das frequências absoluta e relativa. Quanto à análise estatística das variáveis, foi utilizado o software JAMOVI para realizar o Teste Qui quadrado, considerando o intervalo de confiança de 95% (IC95%) e o valor de $p < 0,5$.

3. Resultados e Discussão

3.1 Dados demográficos e socioeconômicos

Sexo

A partir do formulário aplicado, foram contabilizadas 273 respostas válidas. Em relação aos dados epidemiológicos, na variável sexo, houve 160 (58,6%) participantes do sexo feminino e 113 (41,4%) do sexo masculino. Em relação à automedicação, apesar de não haver diferença estatisticamente significativa entre os sexos ($p=0.921$), visto que dentre os 158 (57,9%) participantes que utilizaram medicamentos sem prescrição médica durante a pandemia de COVID-19, 93 (58,1%) foram mulheres e 65 (41,1%) homens, uma tendência maior ao uso de fármacos sem prescrição médica ocorreu entre mulheres (Tabela 1). A maior taxa de automedicação em mulheres também foi demonstrada em diversos estudos (Arrais et al., 2016; Wirowski et al., 2022; Domingues et al., 2017). Tal fato que pode ser explicado pela maior quantidade e intensidade de campanhas destinadas ao cuidado da saúde da mulher, o que fornece a estas, maior confiança para a procura de fármacos sem a prescrição de um profissional da saúde, visto que se baseiam em conhecimentos adquiridos em situações anteriores (Santos et al., 2022). Somado a isso, de acordo com Brooks e Saad (2020), as mulheres demonstram maior preocupação e cautela em relação à infecção por COVID-19 do que os homens.

Tabela 1 – Dados demográficos e socioeconômicos. N=273.

Variáveis	Se automedicou durante a pandemia de COVID-19?		Total n (%)	Valor p*
	Não n (%)	Sim n (%)		
Sexo				0,921
Feminino	67 (24,5)	93 (34,1)	160 (58,6)	
Masculino	48 (17,6)	65 (23,8)	113 (41,4)	
Plano de saúde				0,213
Privado	79 (28,9)	97 (35,5)	176 (64,5)	
Público (SUS)	36 (13,2)	61 (22,3)	97 (35,5)	
Escolaridade				0,642
Fundamental completo	3 (1,1)	4 (1,5)	7 (2,6)	
Fundamental incompleto	4 (1,5)	3 (1,1)	7 (2,6)	
Médio completo	15 (5,5)	30 (11)	45 (16,5)	
Médio incompleto	3 (1,1)	2 (0,7)	5 (1,8)	
Superior completo	34 (12,5)	39 (14,3)	73 (26,7)	
Superior incompleto	56 (20,5)	80 (29,3)	136 (49,8)	
Renda				0,985
Até 1 salário mínimo – menor que R\$ 1.100	25 (9,2)	37 (13,6)	62 (22,7)	
De 1 a 3 salários mínimos – de R\$ 1.100 até R\$ 3.300	25 (9,2)	39 (14,3)	64 (23,4)	
De 3 a 6 salários mínimos – de R\$ 3.300 até R\$ 6.600	18 (6,6)	23 (8,4)	41 (15)	
De 6 a 9 salários mínimos – de R\$ 6.600 até R\$ 9.900	10 (3,7)	12 (4,4)	22 (8,1)	
De 9 a 12 salários mínimos – de R\$ 9.900 até R\$ 13.200	15 (5,5)	18 (6,6)	33 (12,1)	
Acima de 12 salários mínimos – maior que R\$ 13.200	22 (8,1)	29 (10,6)	51 (18,7)	
Idade				0,306
18-28	58 (21,2)	100 (36,7)	158 (57,9)	
29-39	13 (4,8)	17 (6,2)	30 (11)	
40-50	15 (5,5)	17 (6,2)	32 (11,8)	
>50	16 (5,9)	24 (8,8)	40 (14,6)	

Fonte: Autores (2022).

Renda e Plano de Saúde

Em relação à renda, observa-se uma taxa de automedicação ligeiramente maior entre indivíduos que recebem de 1 a 3 salários mínimos, representando 60,9% dos participantes nessa faixa de renda, porém sem diferença significativa entre as outras faixas de renda (Tabela 1). Tal achado está em concordância com o estudo de Do Bú et al. (2020), o qual refere a automedicação como uma prática comum na pandemia da COVID-19 entre pessoas que recebem de 1 a 2 salários-mínimos. Ademais, a maioria dos participantes da pesquisa possui plano de saúde privado, correspondendo a 64,5% das respostas e, entre estes, 55,11% praticaram a automedicação. Em contrapartida, 62,9% dos 97 usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) se automedicaram, destacando a predominância da automedicação nesse grupo. Tal constatação pode estar relacionada à maior dificuldade de acesso ao serviço de saúde pelos indivíduos que não possuem plano de saúde (Mabilika et al., 2022b). Além disso, os participantes que possuem plano de saúde privado têm maior acesso à telemedicina, a qual se tornou uma alternativa viável para evitar ambientes de risco durante a pandemia. No entanto, apesar de ter ocorrido atendimento online gratuito na

plataforma de telemedicina, a maioria das pessoas de baixa renda não consegue se beneficiar dessa ferramenta, em decorrência da internet limitada ou por não ter acesso a um aparelho telefônico e/ou computador capazes de suportar uma conexão mais duradoura ou mesmo por falta de instrução sobre como acessar uma consulta online, favorecendo a prática da automedicação por esses indivíduos (Uesugi et al., 2022).

Idade

No que concerne à idade, a maioria dos participantes, 158 (57,9%), estava na faixa etária de 18-28 anos, e destes, 100 (63,3%) se automedicaram (Tabela 1). Ademais, a menor taxa de automedicação foi observada em maiores que 50 anos (45,28%). Domingues et al. (2017) identificaram prevalência de automedicação em indivíduos de 18 a 34 anos (7,9%), em comparação a pessoas acima de 50 anos (1,5%). Contudo, apesar da existência de diferença entre as faixas etárias, os índices da automedicação do presente estudo foram mais elevados nas duas faixas etárias, o que pode ser explicado pelo momento de alarme pandêmico vivido e causado pelas mídias. Ainda segundo Domingues et al. (2017), a menor frequência da automedicação em indivíduos com mais de 50 anos pode estar relacionada à maior assiduidade destes aos serviços de saúde em conjunto com o receio aos possíveis efeitos adversos dos fármacos junto a comorbidades existentes.

Escolaridade

Quanto à escolaridade, a maioria dos participantes possuem ensino superior completo (26,73%) ou estão concluindo a graduação (49,81%), dos quais 56,93% praticaram a automedicação. No entanto, 60,93% dos indivíduos que não possuem ensino superior se automedicaram, com destaque aos indivíduos que possuem ensino médio completo (Tabela 1). Esse padrão foi observado por Abdelwahed et al. (2022), que verificaram uma maior ocorrência de automedicação em indivíduos com menor grau de instrução, apesar de também não ter observado diferença estatisticamente significativa.

3.2 Automedicação antes e durante a pandemia de COVID-19

Analisando os índices de automedicação em um período anterior à pandemia, percebeu-se que 220 (80,6%) participantes já tinham o hábito de se automedicar antes da pandemia, independentemente da frequência da prática. Já durante a pandemia do COVID-19, observou-se que 158 (57,9%) dos indivíduos realizaram a prática. Além disso, dentre as 191 pessoas que apresentaram sintomas de COVID-19, 122 (63,9%) se automedicaram, enquanto 36 (22,8%) realizaram a automedicação mesmo sem apresentar sintomas de COVID-19 (Tabela 2).

Tabela 2 - Questionário sobre automedicação e COVID-19. N=273.

Pergunta presente no questionário	Se automedicou durante a pandemia de COVID-19?		Total	Valor p*
	Não	Sim		
Realizava automedicação antes da pandemia de covid-19?				<.001
As vezes	68	104	172	
Nunca	44	9	53	
Sempre	3	45	48	
Você teve sintomas de covid-19?				0,002
Não	46	36	82	
Sim	69	122	191	
Teve contato com pessoas com sintomas suspeitos de covid-19?				0.012
Não	17	9	26	
Sim	98	149	247	
Teve contato com pessoas com diagnóstico confirmado de covid-19?				0.063
Não	26	22	48	
Sim	89	136	225	
Fez teste de triagem de covid-19?				0,324
Não	46	54	100	
Sim	69	104	173	

Fonte: Autores (2022).

Houve uma predominância de automedicação em indivíduos que entraram em contato com pessoas com sintomas suspeitos de COVID-19 (94,3%) e/ou com pessoas com o diagnóstico confirmado de COVID-19 (86,07%) (Tabela 2). Ademais, entre os participantes que se automedicaram, destacam-se os que realizaram algum teste de triagem para COVID-19, tanto o sorológico qualitativo quanto o molecular (PCR), sendo responsáveis por 65,8% desse grupo (Tabela 2). Em relação às pessoas que obtiveram resultado positivo em algum teste, 63,1% realizaram a automedicação, enquanto 54,2% dos participantes que tiveram o teste negativo se automedicaram (Tabela 3). Tal dado se equipara com o estudo de Pitta et al. (2021), no qual 8% dos participantes foram diagnosticados com COVID-19, porém 20,2% se automedicaram para prevenir e 8,9% para combater a doença, o que pode ter relação com a situação política do país e com a errônea divulgação de notícias sobre a utilização profilática de fármacos contra o vírus SARS-CoV-2, como a divulgação do “kit COVID-19”, contendo antiparasitários e antibióticos, o qual foi distribuído em vários estados brasileiros como uma forma de prevenir e tratar a doença (Ferreira & Andricopulo, 2020).

Tabela 3 – Relação entre automedicação e resultado do teste de triagem. N=173.

Pergunta presente no questionário	Se automedicou durante a pandemia de COVID-19?		Total n (%)	Valor p*
	Não	Sim		
Caso tenha feito teste para Covid-19, algum deu positivo?				0.336
Não	27	32	59	
Sim	42	72	114	

Fonte: Autores (2022).

3.3 Motivos para automedicação

Em relação ao motivo que induziu a automedicação, os principais relatados foram: possui familiares/amigos que são profissionais da saúde (40,5%), facilidade da obtenção do medicamento de venda livre (38%) e evitar se expor em ambientes

de alto risco (34,2%) (Tabela 4). Diante disso, percebe-se que a proximidade dos participantes com profissionais na área da saúde foi um fator que favoreceu a prática, já que estas, por possuírem maior conhecimento acerca dos medicamentos, apresentam uma influência considerável em seu ciclo social.

Tabela 4 - Motivos para praticar a automedicação. N=158.

Motivos para praticar a automedicação:	n	Porcentagem
Possui familiares/amigos que são profissionais da saúde	64	40,5%
Facilidade da obtenção do medicamento de venda livre	60	38,0%
Evitar se expor em ambientes de alto risco	54	34,2%
Achar que os sintomas não são tão graves	50	31,6%
Dificuldade para marcar consulta médica	45	28,5%
Para prevenção da covid-19	41	25,9%
Não teve tempo para buscar assistência médica	30	19,0%
Razões econômicas	11	7,0%
Outros	17	10,75%
Não se aplica	5	3,2%

Fonte: Autores (2022).

Outro ponto destacado foi o temor da contaminação pelo SARS-CoV-2, o que levou a população a evitar ambientes que pudessem apresentar um elevado risco de transmissão do vírus, como hospitais, e procurar uma alternativa mais segura, que foi se medicar sem a prescrição de um profissional, baseando-se no conhecimento de conhecidos profissionais da saúde (58,9%) e na experiência pessoal (58,2%). A minoria dos participantes considerou informações propagadas em redes sociais (12,65%) e televisão (7%) para a ingestão de fármacos, como demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 - Fonte de informação utilizada para praticar a automedicação. N=158.

Qual fonte de informação utilizou para praticar a automedicação?	n	Porcentagem
Conhecidos ou parentes próximos profissionais de saúde	93	58,9%
Experiência pessoal	92	58,2%
Redes sociais	20	12,65%
Televisão	11	7,0%
Outras	33	20,9%
Não se aplica	4	2,5%

Fonte: Autores (2022).

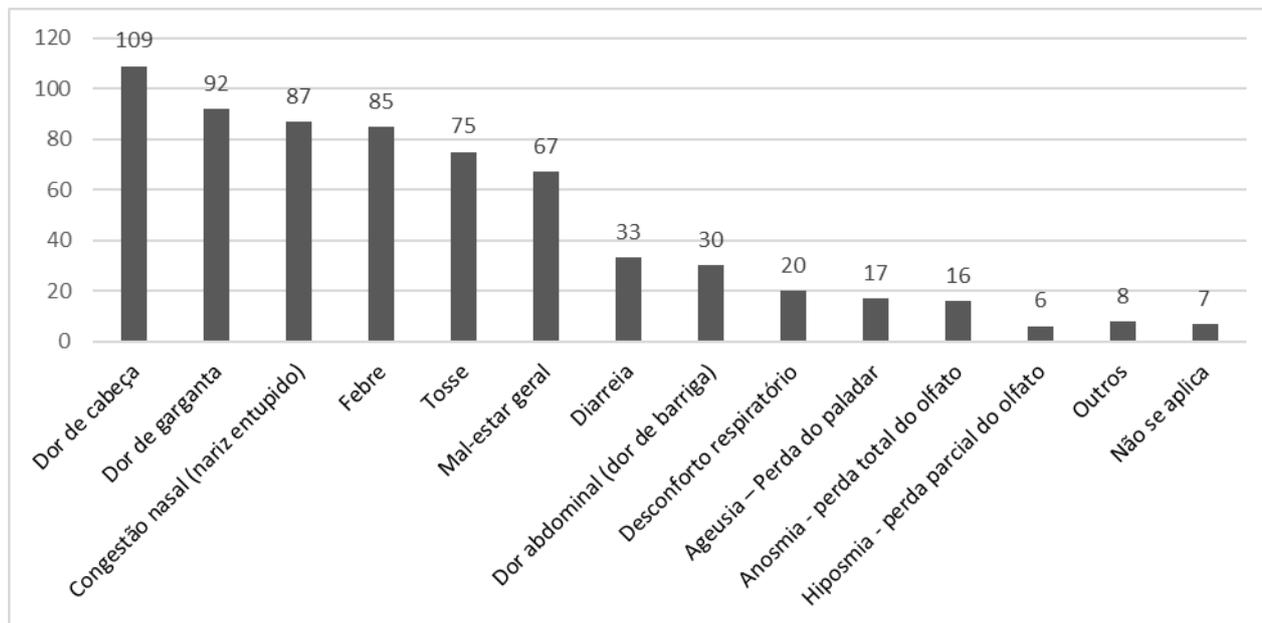
Assim, nota-se que a experiência pessoal foi o segundo critério mais relatado para a automedicação, o que pode ser explicado pelo Efeito Dunning-Kruger, onde em situação pandêmica as pessoas agem como se possuíssem conhecimento suficiente para tratar uma infecção viral em casa, sem a necessidade de buscar assistência médica. Além disso, o medo de se expor ao vírus no ambiente extradomiciliar fez com que os indivíduos buscassem auxílio de parentes e conhecidos que trabalham na área da saúde, colocando esse critério em primeiro lugar como embasamento para prática da automedicação (Kruger & Dunning, 1999; Cavalheiro & Ungari, 2020).

3.4 Sintomas que induziram a automedicação

Observa-se que 158 indivíduos se automedicaram na pandemia de COVID-19, sendo que os principais sintomas que corroboraram com a automedicação foram a dor de cabeça em 109 participantes (69,0%), a dor de garganta em 92 indivíduos

(58,2%) e a congestão nasal (nariz entupido), sendo referida por 87 participantes (55,1%) (Gráfico 1). De acordo com os estudos de Wirowski et al. (2022), a cefaleia e a dor de garganta são sintomas comumente referidos pelos indivíduos que praticaram a automedicação durante a pandemia de COVID-19, sendo relatados por 62,5% e 38,9% dos participantes, respectivamente.

Gráfico 1 - Sintomas que induziram a automedicação. N=158.



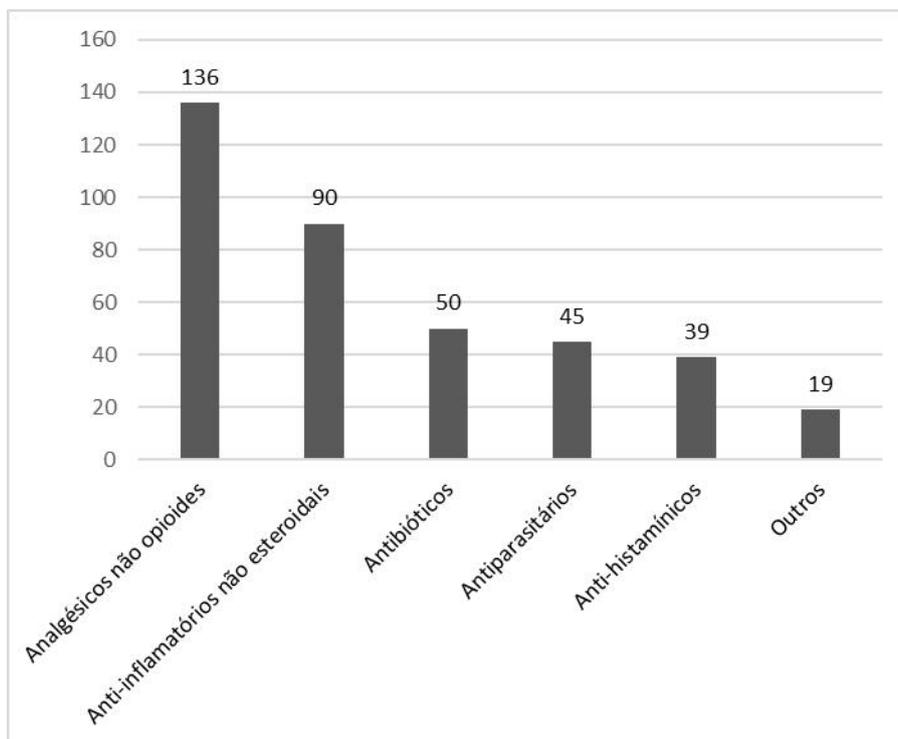
Fonte: Autores (2022).

Apesar da maioria dos indivíduos que se automedicaram tenha apresentado sintomas suspeitos de COVID-19, alguns participantes que não apresentaram sintoma, mas entraram em contato com alguma pessoa com sintomas suspeitos ou diagnóstico confirmado de COVID-19 também realizaram a prática. Diante disso, pode-se observar uma possível relação entre o uso de fármacos para a prevenção da doença. Segundo a pesquisa realizada por Pitta et al. (2021), houve um maior quantitativo de participantes que referiram se automedicar para prevenir a COVID-19, em comparação ao combate à doença. No entanto, no presente estudo apenas 25,9% referiram se automedicar para prevenção da COVID-19.

3.5 Fármacos utilizados na automedicação

No que tange aos fármacos com maiores índices de uso dentre os indivíduos que realizaram a automedicação, houve destaque para a classe dos analgésicos não opioides, como dipirona e paracetamol, sendo utilizados por 136 (86,1%) indivíduos, seguida dos AINEs, como ibuprofeno, nimesulida e cetoprofeno, usados por 90 (57,0%) participantes e, por fim, os antibióticos, a exemplo da azitromicina, utilizados por 50 (31,6%) indivíduos (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Fármacos utilizados na automedicação. N=158.



Fonte: Autores (2022).

No Brasil, há medicamentos isentos de prescrição por profissionais de saúde, como os analgésicos não opioides e os AINEs, os quais possuem ação anti-inflamatória, analgésica e antipirética. Dado esse fato, percebeu-se que estas foram as classes que os participantes utilizaram com maior frequência, o que pode ser explicado tanto pela sua ação sintomática em patologias virais, como pela sua venda livre. Todavia, para a aquisição de antibióticos orais é necessária prescrição, e, no presente estudo, essa classe foi a terceira mais utilizada de modo indevido. Tal fato pode ocasionar consequências danosas ao organismo, visto que o seu mau uso pode desencadear resistência bacteriana, além da classe não ser indicada para o tratamento de infecções virais (Arrais et al., 2016).

Apesar de alarmante, esse resultado é semelhante ao relatado no trabalho de Quispe-Cañari et al. (2021), onde os fármacos mais utilizados pertenciam respectivamente às classes dos AINEs e dos antibióticos. De acordo com os achados de Sadio et al. (2021), no Togo houve baixa incidência da autoadministração de antiparasitários, como exemplo a hidroxicloroquina (2%) (Sadio et al., 2021), o que difere do presente estudo, no qual 28,5% escolheram estes fármacos como tratamento contra o SARS-CoV-2. O elevado índice de automedicação dessa classe no país pode ter sua base nas errôneas divulgações de sua indicação em mídias sociais por não médicos (Machado et al., 2022).

3.6 Consequências da automedicação

Quanto aos resultados dessa automedicação, 138 (87,3%) participantes sentiram melhora dos sintomas após se automedicar e apenas 8 (5,06%) relataram piora dos sintomas após a prática. Ademais, mesmo após uma mudança do quadro clínico, seja apresentando piora ou melhora dos sintomas, 29 (18,35%) participantes continuaram a realizar a automedicação (Tabela 6). Portanto, apesar da maioria dos participantes apresentarem uma melhora dos sintomas após a automedicação, em concordância com os estudos de Wirowski et al. (2022), esta prática é um risco para a saúde pública, visto que a utilização errônea de fármacos pode desencadear efeitos adversos, que podem variar de manifestações leves a graves. No caso do uso

indevido dos fármacos mais utilizados pelos participantes, os efeitos podem ser doenças e alterações no sistema cardiovascular, alterações gastrointestinais, manifestações do tecido cutâneo e subcutâneo, e as doenças hepatobiliares (Melo et al, 2021; Croda & Garcia, 2020).

Tabela 6 - Desfechos da automedicação. N=158.

Pergunta presente no questionário	Total: 158	Porcentagem
Houve melhora dos sintomas após a automedicação?		
Não	13	8,2%
Sim	138	87,3%
Não se aplica	7	4,4%
Houve piora dos sintomas após a automedicação?		
Não	141	89,2%
Sim	8	5,1%
Não se aplica	8	5,1%
Continuou a automedicação mesmo após a piora dos sintomas ou aparecimento de novos sintomas ou melhora dos sintomas?		
Não	72	45,6%
Sim	29	18,35%
Não se aplica	57	36,1%

Fonte: Autores (2022).

3.7 Tratamentos alternativos

Em relação ao uso de tratamentos alternativos, os participantes utilizaram principalmente chás e ervas para tratar ou prevenir a infecção pelo SARS-CoV-2, sendo usados por 67 (24,5%) e 17 (6,2%) indivíduos, respectivamente (Tabela 7). A utilização de plantas medicinais durante a pandemia de COVID-19 pode ser explicada devido à falta de medicamentos comprovadamente efetivos, ao preço dos medicamentos disponíveis nas farmácias e o fato de a população pesquisada ser da Região Amazônica, onde a influência indígena no uso de substâncias naturais é muito forte, o que incentivou a população a encontrar meios caseiros e acessíveis para melhorar a imunidade contra o vírus (Amazonas & Figueiredo, 2021; Silva et al.,2021).

Tabela 7 - Uso de substâncias não farmacológicas para prevenir ou tratar o COVID-19. N=273.

Fez uso de substâncias não farmacológicas para prevenir ou tratar o COVID-19?		
Chás	67	24,54%
Ervas	17	6,22%
Infusões	7	2,56%
Emplastro (exemplo: salonpas)	4	1,46%
Outros	12	4,39%
Não fiz uso	196	71,79%

Fonte: Autores (2022).

4. Conclusão

Em suma, nota-se que a prática da automedicação é muito frequente, sendo considerada um problema de saúde pública. Houve uma alta prevalência dessa prática na população estudada, tendo a predominância do sexo feminino, de adultos jovens e indivíduos sem o ensino superior. Quanto aos sintomas que estimularam essa prática, observou-se com maior

frequência as dores de cabeça e de garganta. Entre as classes de medicamentos utilizadas, destacam-se os analgésicos não opioides e os AINEs, os quais são medicamentos de venda livre, o que facilita sua aquisição. Ademais, a experiência pessoal teve grande relevância na escolha dos medicamentos para a automedicação. Somado a isso, os participantes que tiveram contato com pessoas com sintomas suspeitos ou diagnóstico confirmado de COVID-19 e/ou que apresentaram algum teste de triagem positivo relataram a automedicação com maior frequência em relação aos demais indivíduos. Portanto, o presente estudo realizado em pequeno grupo amostral na região metropolitana de Belém corrobora com pesquisas feitas previamente sobre o tema.

Dessa forma, é imprescindível a criação de políticas públicas voltadas à educação em saúde, a fim de orientar a população acerca dos riscos relacionados à prática da automedicação, com o intuito de reduzir os efeitos adversos inerentes ao uso irracional de medicamentos.

Referências

- Abdelwahed, R. N. K., Jassem, M., & Alyoush, A. (2022). Self-Medication Practices, Prevalence, and Associated Factors among Syrian Adult Patients: A Cross-Sectional Study. *Journal of Environmental and Public Health*, 2022, 1–7. <https://doi.org/10.1155/2022/9274610>.
- Alied, M. (2021). Antimicrobial resistance, COVID-19 and self-medication in Syria: a potential boost for an already escalating problem. *JAC-Antimicrobial Resistance*, 3(3), 1-2. <https://doi.org/10.1093/jacamr/dlab100>.
- Amazonas, L. F., & Figueiredo, E. F. G. (2021). Uma revisão sobre o uso das plantas medicinais como tratamento da COVID-19 e a importância do profissional farmacêutico no estado do Amazonas. *Research, Society and Development*, 10(15), Artigo e406101523451. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.23451>
- Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. d. S. D., Ramos, L. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., Tavares, N. U. L., Farias, M. R., Oliveira, M. A., & Bertoldi, A. D. (2016). Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. *Revista de Saúde Pública*, 50(suppl 2), 13s. <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>
- Brooks, D. J., & Saad, L. (2020). Double Whammy: Why the Underrepresentation of Women among Workplace and Political Decision Makers Matters in Pandemic Times. *Politics & Gender*, 16(4), 1110–1122. <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000628>
- Caetano, R., Silva, A. B., Guedes, A. C. C. M., Paiva, C. C. N. d., Ribeiro, G. d. R., Santos, D. L., & Silva, R. M. d. (2020). Desafios e oportunidades para tele saúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(5), Artigo e00088920. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00088920>
- Cavalheiro, A. H., & Ungari, A. Q. (2020). Análise da automedicação no cenário da COVID-19: uma revisão sistemática rápida. *Revista Qualidade HC*, 21–28. <https://www.hcrp.usp.br/revistaqualidade/uploads/Artigos/333/333.pdf>
- Croda, J. H. R., & Garcia, L. P. (2020). Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(1), Artigo e2020002. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000100021>
- Do Bú, E. A., Alexandre, M. E. S. d., Bezerra, V. A. d. S., Sá-Serafim, R. C. d. N., & Coutinho, M. d. P. d. L. (2020). Representações e ancoragens sociais do novo coronavírus e do tratamento da COVID-19 por brasileiros. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, Artigo e200073. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200073>
- Domingues, P. H. F., Galvão, T. F., Andrade, K. R. C. d., Araújo, P. C., Silva, M. T., Pereira, M. G., Domingues, P. H. F., Galvão, T. F., Andrade, K. R. C. d., Araújo, P. C., Silva, M. T., & Pereira, M. G. (2017). Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional*. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(2), 319–330. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000200009>
- Ferreira, L. L. G., & Andricopulo, A. D. (2020). Medicamentos e tratamentos para a Covid-19. *Estudos Avançados*, 34(100), 7–27. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.002>
- Gama, A. S. M., & Secoli, S. R. (2017b). Automedicação em estudantes de enfermagem do Estado do Amazonas – Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 38(1), Artigo e65111. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.01.65111>
- Garcia, L. P. (2020). Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(2), Artigo e2020023. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200021>
- Jairoun, A. A., Al-Hemyari, S. S., Abdulla, N. M., El-Dahiyat, F., Jairoun, M., AL-Tamimi, S. K., & Babar, Z.-U.-D. (2021). Online medication purchasing during the Covid-19 pandemic: A pilot study from the United Arab Emirates. *Journal of Pharmaceutical Policy and Practice*, 14(1), 38. DOI: 10.1186/s40545-021-00320-z.
- Kruger, J., & Dunning, D. (1999). Unskilled and unaware of it: How difficulties in recognizing one's own incompetence lead to inflated self-assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(6), 1121–1134. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.77.6.1121>
- Lima, C. R. M. d., Sánchez-Tarragó, N., Moraes, D., Grings, L., & Maia, M. R. (2020). Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19. *Folha de Rostov: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 6(2), 5–21. <https://doi.org/10.46902/2020n2p5-21>

- Mabilika, R. J., Mpolya, E., & Shirima, G. (2022b). Prevalence and predictors of self-medication with antibiotics in selected urban and rural districts of the Dodoma region, Central Tanzania: a cross-sectional study. *Antimicrobial Resistance & Infection Control*, 11(1), 86. DOI: 10.1186/s13756-022-01124-9
- Machado, C. V., Pereira, A. M. M., & Freitas, A. M. M. (2022). As respostas dos países à pandemia em perspectiva comparada: semelhanças, diferenças, condicionantes e lições. *Políticas E Sistemas de Saúde Em Tempos de Pandemia: Nove Países, Muitas Lições*, 323–342. <https://books.scielo.org/id/t67zr/pdf/machado-9786557081594-12.pdf>
- Melo, J. R. R., Duarte, E. C., Moraes, M. V. d., Fleck, K., & Arrais, P. S. D. (2021). Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(4), Artigo e00053221. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00053221>
- Onchonga, D. (2020). A Google Trends study on the interest in self-medication during the 2019 novel coronavirus (COVID-19) disease pandemic. *Saudi Pharmaceutical Journal*, 28(7), 903–904. DOI: 10.1016/j.jsps.2020.06.007
- Pitta, M. G. d. R., Lima, L. P. d., Carvalho, J. S. d., Teixeira, D. R. C., Nunes, T. R. d. S., Moura, J. A. d. S., Viana, D. C. F., & Pitta, I. d. R. (2021). Análise do perfil de automedicação em tempos de COVID-19 no Brasil. *Research, Society and Development*, 10(11), Artigo e28101119296. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19296>
- Quispe-Cañari, J. F., Fidel-Rosales, E., Manrique, D., Mascaró-Zan, J., Huamán-Castillón, K. M., Chamorro-Espinoza, S. E., Garayar-Peceros, H., Ponce-López, V. L., Sifuentes-Rosales, J., Alvarez-Risco, A., Yáñez, J. A., & Mejia, C. R. (2020). Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: A cross-sectional survey. *Saudi Pharmaceutical Journal*, 29(1), 1-11. DOI: 10.1016/j.jsps.2020.12.001
- Sadio, A. J., Gbeasor-Komlanvi, F. A., Konu, R. Y., Bakoubayi, A. W., Tchankoni, M. K., Bitty-Anderson, A. M., Gomez, I. M., Denadou, C. P., Anani, J., Kouanfack, H. R., Kpeto, I. K., Salou, M., & Ekouevi, D. K. (2021). Assessment of self-medication practices in the context of the COVID-19 outbreak in Togo. *BMC Public Health*, 21(1), 58. DOI: 10.1186/s12889-020-10145-1
- Santos, T. M. d., Zattar, T. A., Alencar, B. T. d., Aleixo, M. L. M., Costa, B. M. S., & Lemos, L. M. S. (2022). Automedicação entre estudantes de enfermagem e medicina no Brasil: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 11(2), Artigo e54111213760. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i2.13760>
- Silva, E. D. d., Matias, S. M. S., Barros, B. G. A., & Oliveira, F. J. V. d. (2021). A importância do uso das plantas medicinais, frente ao cenário atual da pandemia causada pelo SARS-CoV-2. *Research, Society and Development*, 10(11), Artigo e399101119834. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19834>
- Uesugi, J. H. E., Fernandes, C. F., Silva, J. C. C. d., Martins, H. H. S., Trindade, E. L. d., & Ferreira, L. A. (2022). Aplicações da telemedicina no cenário da pandemia de COVID-19. *Research, Society and Development*, 11(1), Artigo e29211124877. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24877>
- Wirowski, N., Melo, C. d. S., Vieira, I. S., & Moreira, F. P. (2022). Prevalência de automedicação para COVID-19 entre adultos jovens durante a pandemia no Brasil. *Research, Society and Development*, 11(7), Artigo e29011729955. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29955>